

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009856-97.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **Joana Fucci Wady**
 Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Joana Fucci Wady, enquanto inventariante do espólio de Arthus Fucci Wady (conforme escritura pública de inventário e partilha de fls. 22/26), move ação de conhecimento contra Banco do Brasil S/A. É mãe de Arthus Fucci Wady, que mantinha com o réu dois contratos de empréstimo com pagamento consignado em folha. Sustenta que seu filho faleceu em 07.12.2014, o que foi comunicado à gerência da agência em que o *de cujus* mantinha conta corrente, que, por sua vez, bloqueou a referida conta, com a suspensão de todas as transações futuras. Ocorre que, no mês 05.2015, unilateral e injustamente, a conta foi reativada e o limite do cheque especial utilizado para o pagamento de parcelas do empréstimo consignado. O procedimento foi ilegal porque com o falecimento o débito foi extinto, nos termos do art. 16 da Lei nº 1.046/1950. Sob tais fundamentos, pediu tutela de urgência e, a título de provimento final, a declaração de inexistência de débitos, a condenação da ré à restituição em dobro do que foi indevidamente descontado, e a condenação da ré na obrigação de encerrar definitivamente a conta e cancelar os cartões a ela vinculados.

Tutela antecipada concedida, fls. 33/34.

Contestação às fls. 40/75, na qual o réu alega que agiu em exercício regular de direito, em conformidade com as normas previstas no contrato, que vincula as partes em expressão legítima do princípio da autonomia da vontade e da força obrigatória dos contratos.

Réplica às fls. 91/96.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

O banco réu, na resposta, não se manifestou precisamente sobre o fato narrado na inicial e que motivou a propositura da presente ação, qual seja, a morte do mutuário como suporte fático extintivo da dívida no caso de empréstimo consignado, por força do disposto no art. 16 da Lei nº 1.046/1950.

A contestação é absolutamente vaga, genérica, e discorre sobre temas que sequer serão objeto do julgamento, como por exemplo uma impugnação a um pedido de indenização por danos morais que, porém, não foi formulado.

Invoca-se a força obrigatória dos contratos, a autonomia da vontade, tudo em abstrato, sem consideração ao caso particular, e sem menção, numa linha sequer, à causa de pedir jurídica invocada pela autora, qual seja, a extinção da dívida por incidência da regra legal acima apresentada.

O que trouxe o réu a propósito do seguro também não lhe socorre, vez que a contestação não instruída com mínima documentação a partir da qual se conclua pela inexistência do direito afirmado pela parte autora.

O de cujus contratou com o réu empréstimo em consignação, conforme fls. 29/30 e 31/32; todavia, com o falecimento, preceitua o art. 16 da Lei nº 1.046/50: "ocorrido o falecimento do consignante, ficará extinta a dívida do empréstimo feito mediante simples garantia da consignação em folha".

O réu não demonstrou a inaplicabilidade do dispositivo ao caso específico, sequer foi apresentada cópia do contrato com as suas cláusulas contratuais para que eventualmente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pudessem estas ser cotejadas com a disposição legal.

Os extratos de fls. 102/113 corroboram a alegação, feita na inicial, de "bloqueio da conta" após a gerência ser informada a respeito do falecimento do titular, vez que nos meses 03.2015 (fls. 105) e 04.2015 (fls. 106) consta que a conta não foi movimentada.

Todavia, em descompasso com os lançamentos anteriores, e sem justificativa no mês 05.2015 (fls. 107) a conta foi reativada e lançado, até o limite do cheque especial, o saldo devedor relativo ao empréstimo contratado em consignação.

Aplicável a jurisprudência referida na decisão que antecipou a tutela, à qual me reporto, fls. 33/34.

Não cabe a restituição em dobro do quanto foi indevidamente descontado, vez que não demonstrada a má-fé da instituição financeira, requisito este imprescindível (STJ: AgRg no AgRg no AREsp 618411/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 24/06/2015; AgRg no AgRg no AREsp 600663/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 19/05/2015; AgRg no AREsp 439822/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 18/05/2015; AgRg no AREsp 460436/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 14/04/2015; AgRg no REsp 1200821/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 13/02/2015; AgRg no AREsp 617419/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 03/02/2015; AgRg no AREsp 551275/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 19/12/2014; AgRg no AREsp 514579/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 28/10/2014; AgRg no REsp 1441094/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2014, DJe 01/09/2014; AgRg no REsp 1424498/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 19/08/2014).

Sob tais fundamentos, pediu tutela de urgência e, a título de provimento final, a declaração de inexistência de débitos, a condenação da ré à restituição em dobro do que foi indevidamente descontado.

Nenhuma resistência foi oferecida, no mais, ao pedido de encerramento da conta e cancelamento dos cartões a ela vinculados, ou qualquer justificativa para providência contrária, donde emerge a imprescindibilidade do acolhimento de tal pretensão.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para (a) confirmada a tutela antecipada concedida às fls. 33/34, aqui tornada definitiva, condenar o réu na obrigação de abster-se de descontar as prestações dos empréstimos indicados nos itens "b" e "c" a seguir, na conta bancária do falecido mutuário, e na obrigação de abster-se de inscrever o nome dele em órgãos de proteção ao crédito (b) declarar indevida qualquer parcela do empréstimo nº 836195610, contratado em 24/07/2014 por Arthus Fucci Wady, vencida posteriormente ao falecimento do mutuário, ocorrido em 07/12/2014 (c) declarar indevida qualquer parcela do empréstimo nº 833631090, contratado em 04/06/2014 por Arthus Fucci Wady, vencida posteriormente ao falecimento do mutuário, ocorrido em 07/12/2014 (d) condenar o réu a restituir ao espólio tudo o quanto tenha sido debitado da conta corrente após 07/12/2014, com fundamento e/ou origem nos contratos indicados nos itens "a" e "b" acima, com atualização monetária pela tabela do TJSP a partir de cada débito, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação (e) condenar o réu na obrigação de encerrar definitivamente a conta nº 10.006-4, ag. 6727-X, e cancelar todos os cartões de crédito e/ou débito a ela vinculados. Tendo em vista que a parte autora decaiu de parte mínima do pedido, condeno o réu nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes em 15% sobre o valor da condenação indicada no item "c" acima.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 28 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**